



Plano de Dados Abertos

Etapa 1 - Disponibilização de dados da área fim

Secretaria de Gestão Estratégica

Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas

Processo STJ n. 028553/2020

Fevereiro/2022

Sumário

1.	Introdução	1
2.	Cenário institucional	1
3.	Objetivos	2
4.	Construção e execução do Plano de Dados Abertos	2
5.	Dados selecionados para publicação em formato aberto.....	3
6.	Priorização	4
7.	Monitoramento e controle	5
8.	Comunicação e Participação Social.....	6
9.	Cronograma.....	6
10.	Controle de Versão.....	7

1. Introdução

O Superior Tribunal de Justiça apresenta neste documento o Plano de Dados Abertos a fim de dar transparência às estratégias adotadas para a abertura de suas bases de dados.

Em razão da grande quantidade de bases do órgão, optou-se por realizá-la em ciclos, sendo o primeiro deles exposto neste plano.

Priorizou-se por focar nesse primeiro ciclo a disponibilização de dados da área fim deste tribunal devido a uma percepção de maior interesse da sociedade por esses dados e uma melhor capacidade operacional do Tribunal para atender a essa demanda.

2. Cenário institucional

O STJ é órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro e tem como missão uniformizar a interpretação da legislação federal e oferecer justiça ágil e cidadã. Para o bom cumprimento dessa missão, a Corte guia-se por meio de Plano Estratégico¹ que estabelece a transparência como um de seus valores e como um de seus objetivos “fortalecer a imagem e a transparência institucional”.

Nesse sentido, o Tribunal reconhece que os inúmeros dados disponibilizados visando dar transparência às atividades jurisdicionais e administrativas devem ser acessíveis em formato legível por máquina, requisito essencial para se considerar o dado genuinamente aberto.

Por isso, a execução deste plano é considerada estratégica para cumprimento dos objetivos traçados para este órgão. Assim, está em andamento nesta Corte o projeto estratégico “Divulgação das informações em formato de dados abertos”, do qual esse plano é parte.

¹ Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/Institucional/Gestao-estrategica/Planejamento-estrategico/planoEstrategico_2021_2026.pdf

3. Objetivos

São objetivos deste plano:

- Incrementar a transparência ativa, atendendo assim a determinação legal extraível da Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e do dever de publicidade dos atos processuais presente na Constituição;
- Permitir maior controle social sobre este órgão;
- Aumentar o conhecimento e utilização das nossas bases por outros órgãos públicos e até internamente, visto que esse processo de abertura eleva o grau de maturidade do órgão no tratamento dos dados;
- Fomentar a ciência, por meio da disponibilização dos dados desta corte a pesquisadores;
- Fomentar o desenvolvimento de Inteligência Artificial, área dependente de grande volume de dados;
- Diminuir o uso de *web scrappers*² em nosso portal;
- Estimular o desenvolvimento de novos negócios e aplicativos que utilizem os dados abertos, prestigiando inclusive o princípio constitucional da livre concorrência na medida em que diminui o custo de entrada para novos agentes nesse mercado.

4. Construção e execução do Plano de Dados Abertos

Este plano foi elaborado pelos gestores do projeto estratégico “Divulgação das informações em formato de dados abertos” baseado em estudo elaborado pela Comissão instituída pela Portaria STJ/GDG n.183 de 12 de março de 2021, que tinha o objetivo de elaborar estudos para adoção de medidas de governança do acesso e uso massificado de dados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Essa comissão desenvolveu seus trabalhos por meio de reuniões virtuais na plataforma *Microsoft Teams* e realizou atividades tais como:

- Audiência com servidores públicos com experiência na disponibilização de dados abertos. Foram ouvidos os senhores Sergio Dagnino Falcão, da Câmara dos Deputados, e Marcos Vinicius Amorim Ferreira Guimarães, do Tribunal Superior Eleitoral.

² Web scrapers ou raspagem web, é uma forma de mineração que permite a extração de dados de sites da web convertendo-os em informação estruturada para posterior análise.

- Disponibilização de consulta pública no site do STJ para ouvir a sociedade acerca do tema³ (formulário – doc SEI n. 2843617; painel BI – doc SEI n. 2843626 e 2843679).
- Apresentações pelas diversas áreas do tribunal representadas na comissão com estudos e debates sobre quais dados podem e devem ser disponibilizados, abordando as demandas percebidas e as preocupações existentes.
- Estudo sobre as soluções tecnológicas possíveis para o objetivo proposto.

No decorrer dos trabalhos, a comissão procurou responder às seguintes questões:

- Quais dados da área jurisdicional do tribunal são públicos e podem ser disponibilizados em dados abertos?
- Quais desses dados devem ser priorizados na divulgação dos dados abertos?
- Quais formatos de divulgação são mais adequados, considerando a possibilidade de atendimento da demanda?
- É interessante cobrar pelo consumo desses dados, como facultado pela Recomendação CNJ n.74/2020?
- Os dados pessoais devem ser divulgados?
- Qual seria a frequência de atualização desses dados após a divulgação?

Considerou-se na elaboração desse plano como conceito de dado aberto o constante da Portaria CNJ n. 209 de 19/12/2019 no inciso III do seu artigo 3º, a saber, *“dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte”*.

As conclusões da comissão foram submetidas à alta administração deste órgão que determinou aos gestores do mencionado projeto que elaborassem este plano em conformidade com elas.

5. Dados selecionados para publicação em formato aberto

Foi definido como foco desse primeiro ciclo de abertura de dados os relacionados à atividade fim desta corte. Estes foram divididos em 5 grupos de dados, baseados na organização com que são disponibilizados hoje em nosso portal na internet:

³ Os resultados dessa consulta podem ser encontrados em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/23082021-Tribunal-divulga-resultados-da-consulta-publica-sobre-dados-abertos.aspx>

- Dados da consulta processual - dados dos processos judiciais como classe, números, ministro relator, assuntos e movimentos.
- Dados da jurisprudência - a seção do site do tribunal que disponibiliza dados de jurisprudência consulta uma base de dados que contém os acórdãos que foram previamente trabalhados pela Secretaria de Jurisprudência do tribunal para serem pesquisados, além das decisões monocráticas e as súmulas. Após a consulta pública percebemos que a percepção do público externo acerca da base oferecida era de que ela incluía a totalidade dos acórdãos, o que só é encontrado na base do Diário da Justiça Eletrônico. Diante disso, visando evitar a frustração das expectativas geradas, ampliamos o conceito dessa base, que passa a compreender dois conjuntos diferentes de dados: os espelhos de acórdãos produzidos pela Jurisprudência em sistema próprio e o inteiro teor das decisões e seus metadados, que é parte da base do DJe
- Dados do Diário da Justiça Eletrônico (DJe) – compreende os demais dados publicados no Diário que não foram agrupados à Base da Jurisprudência, como as atas de distribuição, atos normativos etc.
- Dados da Gestão de Precedentes – Informações sobre Recursos Repetitivos e outros precedentes qualificados existentes no Sistema de Gestão de Precedentes do STJ.
- Dados de Sessões de Julgamento - Informações relacionadas às sessões de julgamento da Corte, como as pautas.

6. Priorização

A priorização se deu de acordo com os seguintes critérios:

1. Grau de relevância para o cidadão (Consulta Pública)
2. Número de solicitações via LAI
3. Possibilidade de fomento a novos negócios

Para tanto, optou-se por atribuir pontos nesses critérios em cada uma das bases, de forma que a base que somasse mais pontos fosse merecedora de maior prioridade. O resultado dessa avaliação pode ser observado na tabela abaixo, já ordenada por prioridade sugerida:

	Grau de relevância para o cidadão (Consulta Pública) Peso 3	Número de solicitações via LAI	Possibilidade de fomento a novos negócios	Total
Jurisprudência	5	2	4	21
Consulta Processual	4	3	5	20
Gestão de precedentes	3	1	1	11
Sessões de julgamento (pautas)	2	1	2	9
DJe – Diário de justiça eletrônico	1	2	3	8

Os pontos referentes ao grau de relevância para o cidadão foram atribuídos conforme o resultado da pergunta específica constante da consulta pública. A comissão entendeu por bem atribuir peso 3 a esse critério dada a sua importância.

Os pontos referentes ao número de solicitações via LAI foram distribuídos de 1 a 3 conforme a frequência em que ocorrem pedidos de informações constantes nessas bases.

Por fim, na possibilidade de fomento a novos negócios, os pontos foram atribuídos conforme as respostas dadas na consulta pública pelos perfis de respondentes empresários e empregados do setor privado.

Os esforços do projeto estratégico foram direcionados conforme a priorização acima. Porém, se por alguma outra razão outros dados se viabilizarem primeiro (por exemplo, desenvolvimento de sistema que gere relatório em formato aberto como subproduto), os dados serão disponibilizados assim que possível.

7. Monitoramento e controle

Caberá à Coordenadoria de Governança de Dados e Estatísticas Processuais/SGE o monitoramento da execução deste plano.

O controle de qualidade dos dados publicados será realizado pelas unidades responsáveis, conforme curadoria abaixo:

Grupo de dados	Unidade Curadora
----------------	------------------

Jurisprudência	Secretaria de Jurisprudência
Consulta Processual	Secretaria Judiciária, Secretaria de Processamento de Feitos e Assessoria de Julgamento Colegiado
Gestão de Precedentes	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas
Sessões de Julgamento (pautas)	Secretaria de Processamento de Feitos e Assessoria de Julgamento Colegiado
DJe	Secretaria de Processamento de Feitos

8. Comunicação e Participação Social

A execução e eventuais alterações desse plano serão disponibilizadas no Portal do STJ (www.stj.jus.br).

O cidadão que desejar oferecer sugestões, reclamações ou obter informações poderá encaminhar à Ouvidoria (ouvidoria@stj.jus.br) deste Tribunal.

9. Cronograma

A atuação do STJ nesse primeiro ciclo se guiará pelo seguinte plano:

Ação	Responsáveis	Prazo
Definir o leiaute do Portal de Dados abertos do STJ e forma de disponibilização	OUV, SCO, SCI, SGE	mar/2022
Criação do portal e repositório para disponibilização dos dados abertos	STI, SGE	mar/2022
Desenvolvimento de métodos de extração dos dados de Jurisprudência/DJe	STI, SGE	mar/2022
Avaliação da qualidade dos dados extraídos na etapa anterior	SJR, SPF, OUV	mar/2022
Publicação dos dados de Jurisprudência/DJe	CDAD/SGE	abr/2022
Desenvolvimento de métodos de extração dos dados da Consulta Processual	STI, SGE	abr/2022
Avaliação da qualidade dos dados extraídos na etapa anterior	SJD, SPF, AJC, OUV	abr/2022
Publicação dos dados da Consulta Processual	CDAD/SGE	mai/2022

Ação	Responsáveis	Prazo
Desenvolvimento de métodos de extração dos dados da Gestão de precedentes	STI, SGE	mai/2022
Avaliação da qualidade dos dados extraídos na etapa anterior	NUGEP, OUV	mai/2022
Publicação dos dados da Gestão de precedentes	CDAD/SGE	jun/2022
Desenvolvimento de métodos de extração dos dados das Sessões de Julgamento	STI, SGE	jun/2022
Avaliação da qualidade dos dados extraídos na etapa anterior	SPF, AJC, OUV	jun/2022
Publicação dos dados das Sessões de Julgamento	CDAD/SGE	jun/2022
Desenvolvimento de métodos de extração dos dados do DJe (outros documentos)	STI, SGE	jul/2022
Avaliação da qualidade dos dados extraídos na etapa anterior	SPF, OUV	jul/2022
Publicação dos dados do DJe (outros documentos)	CDAD/SGE	ago/2022

10. Controle de Versão

Versão	Data	Descrição das atualizações
1.0	24/02/2022	Versão inicial.

Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas
Ramal: 9757
E-mail: cdad@stj.jus.br